

ATA
22ª Reunião da Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho - CTSST
15 de junho de 2012

Local: Ministério da Previdência Social, Ed. Sede, 9º andar, sala 902 - Brasília/DF

Hora: 10h às 14h

Participantes:

Governo

- Alexandre Furtado Scarpelli Ferreira - MTE
- Carlos Augusto Vaz de Souza - MS
- Paulo Rogério Albuquerque de Oliveira - MPS
- Renata Alexandra de Carvalho Freitas - MPS
- Rinaldo Marinho Costa Lima - MTE
- Sônia Maria José Bombardi - Fundacentro

Empregadores

- Valdir de Andrade Leme de Siqueira - CNF
- Nicole Goulart - CNT

Trabalhadores

- Armando Henrique - FSindical

- Luís Antônio Festino - NCST
- Neila Tatiane Nogueira Duarte Costa - UGT
- Plínio José Pavão Carvalho - CUT

Convidados:

- Adrianny Lemos - NCST

Secretaria Executiva: Joice Alves Cavalcante - MPS

Ausências justificadas

- Adriana Giuntini - CNT
- Cleonice Caetano Souza - UGT
- Nicolino Eugênio da Silva Júnior - CNF

Pauta:

1. Aprovação da pauta da 22ª Reunião Ordinária da CTSST
2. Aprovação da ata da 21ª Reunião Ordinária da CTSST
3. Apresentação do relatório do evento do dia 27/04 - Alexandre Scarpelli/MTE e Joice Alves/MPS
4. Apresentação do Comitê Executivo da PNSST - Paulo Rogério/MPS, Renata Freitas/MPS, Carlos Vaz/MS e Alexandre Scarpelli/MTE:
 - a) Portaria Interministerial de criação do Comitê;
 - b) Desdobramentos das ações do PLANSAT.
5. Assuntos gerais
6. Informes do Grupo de Trabalho Setorial Transporte Rodoviário de Cargas - Carlos Vaz/MS
7. Apresentação dos resultados dos registros das doenças ocupacionais de notificação compulsórias do Ministério da Saúde, desagregado por setor econômico - Carlos Vaz/MS
8. Informes sobre o Plano Brasil Maior - Rinaldo Marinho/MTE

ATA

- 1 Paulo Rogério Albuquerque de Oliveira - MPS justificou a ausência do Coordenador da CTSST, Cid Roberto
- 2 Bertozzo Pimentel, que estava em viagem a serviço, e iniciou a reunião pela aprovação da pauta do dia. **Item**
- 3 **1)** Luís Antônio Festino - NCST solicitou inversão na pauta para falar sobre a implementação da Lei n.º
- 4 12.619/2012, que trata da regulamentação da profissão de motorista, pois, segundo ele, o assunto poderá
- 5 requerer encaminhamentos pelo Governo. A pauta foi APROVADA com a alteração solicitada. **Item 2)** Sobre
- 6 a ata da 21ª reunião ordinária, Plínio José Pavão Carvalho - CUT solicitou que fosse acrescentada a
- 7 seguinte frase em sua fala descrita às linhas 57 a 61: “afirmando que o Dia 28 de Abril foi instituído pelo
- 8 Movimento Sindical como o Dia em Memória às Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho, lembrou da
- 9 Lei nº 11.121/2005 que o institui”. Plínio justificou a inclusão informando que esse era o ponto central da

10 discussão naquele momento; Carlos Augusto Vaz de Souza - MS solicitou correção da palavra “compõem”
11 na linha 33 e pediu a exclusão do parêntese na linha 66 e da palavra “Campanhas” às linhas 169 e 171,
12 referentes à sua fala. Armando Henrique - Força Sindical questionou se o Grupo proposto na última reunião
13 para revisar a Comunicação de Acidentes de Trabalho - CAT (linhas 125 a 135) foi fechado. A Secretária
14 Executiva Joice Alves Cavalcante - MPS respondeu que foi solicitado novamente, por e-mail, aos
15 Coordenadores das Bancadas que enviassem suas indicações, porém só houve confirmação de 2
16 representantes da Bancada de Trabalhadores e 1 da Bancada de Empregadores. Os representantes das
17 Bancadas de Empregadores e Trabalhadores concordaram em tentar informar os outros nomes até o final da
18 reunião (ao final, a Bancada dos Trabalhadores indicou: Plínio Pavão/CUT, Gilberto Salviano da Silva/CUT,
19 Adriana Márcia Marcolino/CUT e Rogério de Jesus/FSindical). A ata foi APROVADA sem outras
20 considerações. Paulo Rogério passou a palavra para Alexandre Furtado Scarpelli Ferreira - MTE e Joice
21 apresentarem o item 3 da pauta. **Item 3)** Alexandre informou que estava disponível nos materiais entregues
22 para a reunião o relatório do evento do dia 27/04/12, Dia Mundial de Segurança e Saúde no Trabalho - em
23 memória às vítimas de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, produzido pela coordenação da
24 Subcomissão responsável pelo evento. Enquanto as imagens do evento eram projetadas no telão, Alexandre
25 resumiu o relatório: lembrou que a Subcomissão responsável foi constituída na 20ª reunião ordinária da
26 CTSST (16/02) de forma tripartite; a Bancada de Governo ficou responsável pela organização, emissão de
27 convites, cessão do espaço, diagramação e publicação da Cartilha do PLANSAT; a Bancada de
28 Empregadores pela contratação do *coffee break* e de uma das tendas; e a Bancada de Trabalhadores pela
29 estrutura do evento (estandes, tenda, totens); também informou que a logomarca e o *briefing* criados pelas
30 Assessorias de Comunicação do MPS e MTE para o evento foram utilizados pelo Tribunal Superior do
31 Trabalho e pelo Ministério Público do Trabalho em seus portais da internet e, assim, ajudaram na divulgação;
32 compuseram a Mesa Diretora Paulo Roberto Pinto - Ministro de Estado Interino do MTE, Leonardo José
33 Rolim Guimarães - Secretário de Políticas de Previdência Social/MPS, Miriam Berchiol da Silva Iwai -
34 Secretária-Executiva Adjunta/MPS, Guilherme Franco Netto - Diretor do Departamento de Vigilância em
35 Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador/MS, Eduardo Azeredo Costa - Presidente da Fundacentro, Clovis
36 de Queiroz Neto, Coordenador da Bancada de Empregadores da CTSST, Dary Beck Filho - Coordenador da
37 Bancada de Trabalhadores, Laís Abramo - Diretora da OIT-Brasil, Maurício Godinho Delgado - Ministro do
38 TST, Fernando Luiz de Albuquerque Faria - Advogado-Geral da União Substituto/AGU, Ronaldo José de Lira
39 - Procurador do Trabalho e Vice-Coordenador Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho/MPT. Nas
40 conclusões, ressaltaram a necessidade de maior articulação entre os envolvidos no evento para melhor
41 divisão de tarefas; a pactuação dos mecanismos de financiamento do evento de forma oficial na CTSST; e
42 maior divulgação nos meios de comunicação de todas as entidades envolvidas. Os presentes
43 cumprimentaram os organizadores do evento, assim como à UGT e à CNI por terem centralizado o
44 pagamento dos custos que cabiam à suas Bancadas. Paulo Rogério propôs à CTSST elaborar calendário de
45 organização do evento de 2013. A proposta foi ACEITA pelos presentes e a discussão sobre o evento de
46 2013 ficou agendada para a 24ª reunião da CTSST (08/10/2012). **Item 4)** Sobre a Política Nacional de
47 Segurança e Saúde no Trabalho - PNSST, Paulo Rogério informou que a gestão executiva será conduzida
48 por Comitê com representantes dos Ministérios da Previdência Social, Trabalho e Emprego e Saúde,
49 conforme expresso no Decreto nº 7.602/2011, e que foi elaborada a minuta de portaria para instituição do
50 referido Comitê Executivo a ser assinada pelos Ministros; em seguida, passou a palavra para Carlos fazer a
51 apresentação do Comitê. Com relação à competência do Comitê de coordenar e supervisionar a execução
52 da PNSST e do Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho - PLANSAT, Carlos informou que nas

duas reuniões do grupo foi acordado que trabalhariam primeiramente as ações de prazo curto e permanente; para um planejamento mais concreto, fizeram discussão preliminar de como serão encaminhadas todas as ações de curto prazo; as de prazo permanente ainda serão discutidas pelo grupo. Carlos informou que a intenção do Comitê é de atualizar a CTSST nas reuniões ordinárias com o que foi feito de concreto nos encaminhamentos dessas ações. Ações que tiveram desdobramentos: 1.2.1 - Pautar discussão com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, responsável pelo desenvolvimento do Sistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor nas três esferas de Governo e 6.1.4 - Pautar discussão com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, responsável pelo desenvolvimento do Sistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor nas três esferas de Governo (ofício da Coordenação da CT-SST enviado para MPOG solicitando agendamento de reunião – reunião a ser agendada); 3.1.6 - Articulação entre a fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e a vigilância em saúde do trabalhador, com pilotos de atuação a partir das regiões/locais de maior sinistralidade (planejamento de ação fiscal piloto envolvendo Auditores Fiscais do Trabalho, da Receita Federal e da Saúde do Trabalhador); 6.1.1 - Formulação de NR de gestão em SST (texto está em fase final de elaboração para consulta pública); 7.1.1 - Articulação com o MEC para regulamentar e viabilizar a inclusão de conhecimentos básicos em prevenção de acidentes e SST a serem incluídos no currículo do ensino médio e fundamental da rede pública e privada, 7.1.2 - Constituição de grupo de trabalho tripartite para definição dos conhecimentos básicos em prevenção de acidentes e SST a serem incluídos no currículo do ensino médio e fundamental da rede pública e privada e 7.3.2 - Constituição de grupo de trabalho tripartite para revisão de referências curriculares em SST (desdobramentos dessas ações em andamento – Subgrupo da CT-SST coordenado pela Fundacentro definiu os tópicos básicos – articulação com o Ministério da Educação em andamento no âmbito do Comitê Interinstitucional do Acordo de Cooperação Técnica entre TST, Conselho Superior da Justiça do Trabalho, MTE, MPS, MS e AGU); 7.4.2 - Articulação com instituições de ensino, nacionais e internacionais, público e privado e Sistema S para a realização de capacitações para trabalhadores e empregadores (foi solicitado às Bancadas que organizem listagem de instituições com quem tenham articulação para subsidiar discussão em reunião futura); 8.1.1 - Definir, na CTSST, as prioridades nacionais de estudos e pesquisas em SST (foi solicitado às Bancadas que tragam propostas de prioridades para discussão em reunião futura). Sobre os pontos 7.1.1, 7.1.2 e 7.3.2, Sônia Maria José Bombardi - Fundacentro informou que o Subgrupo coordenado por ela apresentou na 21ª reunião da CTSST a proposta dos conteúdos com suas justificativas, legislação e antecedentes. Na referida reunião, a proposta foi aprovada e o documento final com as contribuições que o Subgrupo recebeu foi disponibilizado no material distribuído para esta reunião. Plínio perguntou se a formação do Subgrupo foi constituída em reunião da CTSST. Carlos confirmou e disse que além desse Subgrupo, membros da CTSST também participam do Comitê Interinstitucional de Prevenção de Acidentes do Trabalho (Protocolo de Cooperação Técnica celebrado entre TST, CSJT, MS, MTE, MPS e AGU); informou que o Comitê se adiantou e conseguiu articulação com o MEC sobre o assunto, que inclusive está participando das reuniões daquele grupo; salientou, porém, que à época que iniciaram as discussões no Comitê, os representantes do MS, MTE e MPS reforçaram que o foro para se discutir o assunto era a CTSST. Plínio disse que assistiu à apresentação do Subgrupo na última reunião, porém achou que não ficou claro que a proposta era de um grupo tripartite e a considerou como uma proposta da Bancada de Governo; afirmou que a Bancada de Trabalhadores ainda tem contribuições a dar ao Subgrupo; também falou sobre a ação 2.1.1 do PLANSAT - Realização de estudos visando a harmonização e o aperfeiçoamento (da legislação trabalhista, sanitária, previdenciária e outras que se relacionem com SST): a Bancada de Trabalhadores considera uma ação de importância primária e questionou o curto prazo estabelecido. Em resposta a Plínio, Carlos considerou que a

96 CTSST deve aproveitar essa importante oportunidade de discussão com o MEC e o TST; disse que estão
97 sendo cobrados naquele grupo pelo fechamento desses conteúdos para o ensino básico e solicitou à CTSST
98 o fechamento da proposta antes do dia 21/06/12 (próxima reunião no TST). A proposta deverá conter tópicos
99 de segurança e saúde no trabalho para que o TST faça recomendação ao Conselho Nacional de
100 Educação/MEC para incorporá-los aos currículos do ensino básico. Sobre a ação 2.1.1, Carlos respondeu
101 que o prazo estabelecido (curto) é para iniciar o processo e que o Comitê Executivo da PNSST tentará
102 articulação com a AGU para que eles coordenem os estudos para harmonização da legislação, já que é uma
103 Instituição que faz esse papel nos diferentes atores da União. Armando sugeriu que o Comitê inicie a ação
104 fiscal piloto (ação 3.1.6) tendo como referência o exemplo de Piracicaba/SP, por considerar que lá essa
105 questão está politicamente estruturada. Com relação à ação 7.4.2, Festino questionou com quem está sendo
106 feita a articulação no Sistema S, pois tem notícia dos representantes dos trabalhadores que participam de
107 reuniões no Sesi e Senai, por exemplo, que essa questão não está sendo pautada por eles. Sônia quis
108 explicar melhor como estão sendo conduzidos os trabalhos do Subgrupo: a proposição de conteúdos do
109 Subgrupo é apenas o início para o processo de inserção deles na grade curricular do ensino básico; ratificou
110 que o foro de discussão do assunto é a CTSST, mas que o TST é um importante parceiro para articulação
111 com o MEC; e disse que o Subgrupo sempre se colocou à disposição de qualquer pessoa, membro ou não
112 da CTSST, que quisesse discutir o assunto. ENCAMINHAMENTO: será aguardada a manifestação da
113 Bancada de Trabalhadores e a confirmação dos seus indicados para o Subgrupo para finalização dos temas
114 de SST para o ensino básico. **Item 5)** Festino falou sobre a implementação da Lei n.º 12.619/2012, que
115 regulamenta a profissão de motorista, a partir do dia 16/06. Festino disse que ainda há divergências entre os
116 diversos setores sobre o entendimento da Lei; afirmou que foram solicitadas audiências em vários Ministérios
117 para discutir o tema logo após o texto ter sido encaminhado para aprovação do Congresso; apenas a Casa
118 Civil lhes deu retorno e se reuniu com os solicitantes, porém não consideraram satisfatórias as explicações
119 sobre a discussão dos vetos e não-vetos ao texto original; constatou que os Ministérios envolvidos não foram
120 chamados para discutir os vetos, e como exemplo citou o questionamento que levaram à Secretaria-Geral da
121 Presidência da República e à Casa Civil sobre o teor dos vetos e das notas técnicas, pois o mesmo
122 questionamento foi encaminhado ao MTE e, segundo ele, não obtiveram resposta; disse terem ficado
123 surpresos quando, em reunião com o Ministro do MTE, a Secretária de Relações do Trabalho/MTE lhes
124 informou que desconhecia a discussão sobre os vetos; baseados na Lei n.º 12.527/2011, que regula o
125 acesso às informações públicas, encaminharam o mesmo questionamento aos Ministérios envolvidos e disse
126 que receberam as mais diversas respostas; para melhor divulgação das informações sobre a
127 regulamentação da profissão de motorista, os representantes dos trabalhadores distribuirão cartilha sobre o
128 assunto aos profissionais do setor e pessoas interessadas a partir da próxima semana. Em resposta, Rinaldo
129 explicou que o processo de consulta aos Ministérios é coordenado pela Casa Civil, via Assessorias
130 Parlamentares e Consultorias Jurídicas que distribuem as demandas às Secretarias técnicas responsáveis
131 para que se manifestem sobre os assuntos por meio de notas técnicas; acrescentou que no caso da
132 Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, a demanda chegou com prazo de 1 dia para manifestação, e
133 creditou boa parte da confusão citada por Festino ao curto prazo para resposta, pois não houve tempo para
134 que as Secretarias daquele Ministério se reunissem para discutir os vetos. Dessa maneira encaminharam
135 suas notas técnicas individuais. Rinaldo disse que não houve consulta ao Departamento e Segurança e
136 Saúde no Trabalho sobre os vetos. Carlos acrescentou que lamenta os vetos que porventura tenham sido
137 equivocados, mas que precisam seguir aquilo que foi estabelecido em Lei. Carlos acrescentou que,
138 independentemente da correção ou não dos vetos, é preciso implementar o que foi estabelecido na Lei; disse

que o processo de discussão entre os Ministérios deveria ter sido coordenado pela Casa Civil e propôs que o Grupo de Trabalho Setorial do Transporte Rodoviário de Cargas discuta na reunião de 24/07/12 o assunto. Nicole Goulart - CNT acrescentou que os Empregadores também estão confusos sobre o assunto e informou que nesta semana houve um seminário na Câmara dos Deputados onde, de acordo com informação que ela obteve naquele seminário, o MTE foi convidado a debater e não enviou representante. Sem outras manifestações, Festino encerrou o informe. **Item 6)** Paulo Rogério passou a palavra para Carlos fazer os informes da GTS-TRC, como complemento também à exposição de Festino. Carlos falou sobre a última reunião do Grupo, ocorrida em 15/05/12, onde participaram MS, MPS, FUNDACENTRO, Departamento de Polícia Rodoviária Federal, CNT, NCST e Movimento União Brasil Caminhoneiro; os temas discutidos: regulamentação da profissão de motorista - PL nº 99/2007 / PLC nº 319/2009 (sancionada a Lei nº 12.619, de 30/4/12, publicada no D.O.U. em 2/5/12, que dispõe sobre o exercício da profissão de motorista, vigente após 45 dias da publicação; neste D.O.U. foram publicadas as razões de vetos de alguns artigos); Estatuto do Motorista - PLS nº 271/2008 (discussão do Estatuto, em que existem vários pontos sem consenso, deveria ter sido retomada em audiência pública em 28/5/12, porém Festino informou que o Senado Federal convocou audiência dia 06/06/12, em Uruguaiana/RS, e não foi possível a presença dos trabalhadores, mas o Grupo de Trabalho do Senado se reuniu dia 14/06/12 para discutir o tema); seminário/workshop de divulgação das atividades do GTS-TRC (adiamento do seminário, com novo indicativo de data para 19/6/12 de acordo com a agenda do Senador Paulo Paim que o Grupo convidou para compor uma das mesas; subgrupo tripartite para organização - MS, Fundacentro, NCST, CNT; ajuste da programação caso não seja possível a participação do Senador); Projeto Vida no Trânsito (oficina do Projeto em 20-21/6/12 – convite para GTS-TRC; ampliação do Projeto de 5 para as 27 capitais; disponibilização de recursos do MS para SES e SMS das capitais – total de R\$ 12,2 milhões). Joice pediu a palavra para ler a mensagem enviada por e-mail por Maria Christina Félix/Fundacentro, Coordenadora do GTS - Indústria da Construção Civil, onde esta informa que o Grupo não fará informes nesta reunião, pois conseguiu reestruturá-lo há pouco tempo com representantes da Saúde municipal e estadual e a próxima reunião acontecerá em julho. Carlos explicou que havia acordado com Maria Christina que os representantes da Saúde no grupo seriam os coordenadores da Saúde do Trabalhador do Rio de Janeiro/RJ, pois as reuniões acontecem naquele Estado. Rinaldo acrescentou que desde o início o GTR-ICC enfrenta desafios devido aos vários grupos e comissões que discutem o mesmo tema (ex.: Mesa da Construção Civil, CPN). Joice lembrou que na 21ª reunião da CTSST foi citada a importância de se rever os grupos setoriais da Comissão, no sentido de incrementar ou modificar os que existem; os presentes CONCORDARAM que é necessária a revisão dos grupos e Paulo Rogério sugeriu que fosse discutido a partir da próxima reunião a partir das propostas das Bancadas. **Item 7)** Ao iniciar a apresentação dos resultados dos registros das doenças ocupacionais de notificação compulsórias do Ministério da Saúde, desagregado por setor econômico no período de 2006 a 2011, Carlos disse que a apresentação foi uma solicitação de Clovis Veloso de Queiroz Neto - CNI, lamentou o esvaziamento da Bancada de Empregadores nesta reunião e colocou-se à disposição se houver interesse em uma reapresentação dos dados. Disse que a Portaria n.º 104, de 25/01/2011, do Ministério da Saúde, estabelece a relação de doenças, agravos e eventos em saúde pública de notificação compulsória em todo o território nacional, fluxos, critérios, responsabilidades e atribuições aos profissionais e serviços de saúde, e adota em seus anexos: I) a Lista de Notificação Compulsória (LNC), em toda a rede de saúde, pública e privada; II) a Lista de Notificação Compulsória Imediata (LNCI), em toda a rede de saúde, pública e privada, em, no máximo, 24h a partir da suspeita inicial; e III) a Lista de Notificação Compulsória em Unidade Sentinela (LNCS). Dos resultados: no Brasil, entre os anos de 2006 e 2011, foram registradas 3.720.057 notificações

de doenças, agravos e eventos em saúde pública no Brasil, das quais 541.896 (14,6 %) foram relacionadas ao trabalho (de acordo com tabela apresentada, 175.155 casos registrados de acidentes de trabalho graves, exceto fatais, sendo 100% dos casos relacionados ao trabalho; 139.105 casos de acidente com exposição a material biológico, sendo 100% relacionados ao trabalho; e em terceiro lugar, 622.621 acidentes registrados com animais peçonhentos, sendo 24,1% dos casos relacionados ao trabalho); para 2010, observou-se o incremento de 13,3% no número de notificações em relação ao ano de 2009; para 2011, o incremento percentual foi de 7,8% em relação ao ano de 2010. Das 60 doenças, agravos e eventos listados na Portaria MS n.º 104/11, foram identificados em 36 (60%) casos relacionados ao trabalho; no Brasil a incidência é de 50,3 casos de doenças, agravos e eventos relacionados ao trabalho para cada 10.000 habitantes economicamente ativos; em gráficos, foi apresentado o aumento da incidência de doenças, agravos e eventos relacionados ao trabalho em todas as regiões do Brasil, onde os índices mais altos foram verificados sempre na Região Norte, seguida pela Região Sudeste; a Região Nordeste apresentou sempre os índices mais baixos, embora, em 2007, a Região Centro-oeste manteve patamar semelhante. As diferenças regionais nestes índices atenuaram-se levemente ao longo do período; os dados de doenças, agravos e eventos relacionados ao trabalho entre 2006 e 2011, mostraram aumento, que pode ser resultado do processo contínuo de implantação da notificação dos agravos no Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN-NET e está vinculado à melhora da capacidade da rede de atenção à saúde em identificar esses casos nos diversos âmbitos do SUS. Os registros de acidentes de trabalho graves (exceto fatais), com maiores de 18 anos, foram desagregados por atividade econômica: as CNAE que mais aparecem são, em sequência, obras várias, regulação de atividades sociais e culturais, atividade de atendimento a urgências e emergências, atividades fotográficas e transporte rodoviário de produtos perigosos; segundo a ocupação: pedreiro, trabalhador agropecuário em geral, servente de obras, alimentador de linha de produção, faxineiro e motociclista de transporte. Nos registros de acidente de trabalho fatais, com maiores de 18 anos, os CNAE que mais aparecem são obras viárias, agricultura e serviços relacionados, produção e distribuição de gás através de tubulações, abate de aves e outros animais e preparação de carne, fabricação de café solúvel; segundo a ocupação: pedreiro, motorista de caminhão (rotas regionais e internacionais), servente de obras, trabalhador agropecuário em geral. Das notificações de acidentes de trabalho com menores de 18 anos, segundo o CNAE: fabricação de tênis de qualquer material, cantinas (serviços de alimentação privativos), comércio varejista de mercadorias em geral, lanchonetes e similares, entre outros; segundo a ocupação: estudante, atendente de lanchonete, embalador a mão, repositor de mercadorias, entre outros. Carlos acrescentou que os dados apresentados devem ser considerados no desenvolvimento do Objetivo 5 do PLANSAT (Estruturação de uma Rede Integrada de Informações em SST) como uma importante fonte de informação para a construção de um quadro mais amplo e fidedigno das doenças, agravos e eventos relacionados ao trabalho no Brasil; como exemplo, mostrou gráfico com o número absoluto de registros de acidentes, doenças e agravos no SINAN-NET e na Previdência Social, de 2007 a 2010: 2.046.907 acidentes registrados pelo MPS, contra 332.849 registrados pelo SINAN-NET; e 793.544 doenças registradas pelo MPS, contra 74.657 registrados pelo SINAN-NET. Sem outros comentários sobre a apresentação, Paulo Rogério passou a palavra para Rinaldo fazer informes sobre o Plano Brasil Maior. **Item 8)** Rinaldo disse que a Coordenação Sistêmica de Condições e Relações do Trabalho, daquele foro, incluiu na sua documentação a necessidade de implementação do PLANSAT, como instrumento de fortalecimento da cultura de prevenção de acidentes de trabalho. Sem outras manifestações, a reunião foi encerrada.